

A REPRESENTAÇÃO DO “DESCOBRIMENTO DO BRASIL” NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)

Ariel Alves Medeiros¹

Carlos Renato Carola²

RESUMO

Esta pesquisa refere-se a um recorte da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC no ano de 2021. Temos como objetivo analisar o conhecimento histórico difundido durante o período da Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985), no recorte temporal do “Descobrimento do Brasil”. Focamos nosso olhar neste artigo em uma fonte específica da dissertação: os livros didáticos de História do Brasil que circularam nas escolas brasileiras durante o governo ditatorial. Buscamos observar, a partir da fonte selecionada, a influência do paradigma da modernidade/colonialidade no ensino de História. Objetivamos analisar a representação, a partir dos livros didáticos, do “Descobrimento do Brasil”. A partir da fonte analisada, conseguimos identificar o padrão do conhecimento da modernidade/colonialidade como base para a construção dos saberes do ensino de História no período da Ditadura Militar. Embora reconheçamos uma diferença ética e qualitativa entre a concepção da história tradicional/positivista (narrativas de “fatos” históricos) e perspectiva crítica da história (marxista e *Annales*), constatamos que o conhecimento histórico presente e nos manuais didáticos do período em questão foi oriundo de uma matriz epistemológica eurocêntrica.

Palavras-chave: Ensino de História. História do Brasil. “Descobrimento”. Decolonialidade. Livro Didático

THE REPRESENTATION OF THE “DISCOVERY OF BRAZIL” IN HISTORY DIDACTIC BOOKS IN THE PERIOD OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP (1964 – 1985)

ABSTRACT

This research refers to an excerpt from the master's thesis held in the Graduate Program in Education - PPGE at the University of Extremo Sul Catarinense - UNESC in 2021. We aim to analyze the historical knowledge disseminated during the period of the Military Dictatorship Brazilian (1964 – 1985), in the time frame of the “Discovery of Brazil”. In this article, we focus our gaze on a specific source of the dissertation: the Brazilian History textbooks that circulated

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UNESC e bolsista PROSUC/CAPES. Graduada em História - Licenciatura pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. E-mail: ariel-medeiros@hotmail.com.

² Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UNESC. E-mail: crc@unesc.net

in Brazilian schools during the dictatorial government. We seek to observe, from the selected source, the influence of the paradigm of modernity/coloniality in the teaching of History. We aim to analyze the representation, from textbooks, of the “Discovery of Brazil”. From the analyzed source, we were able to identify the pattern of knowledge of modernity/coloniality as a basis for the construction of knowledge in the teaching of History in the period of the Military Dictatorship. Although we recognize an ethical and qualitative difference between the traditional/positivist conception of history (narratives of historical “facts”) and the critical perspective of history (Marxist and Annales), we find that the historical knowledge present and in the textbooks of the period in question came from of a Eurocentric epistemological matrix.

Keywords: History teaching. History of Brazil. "Discovery". Decoloniality. Textbook

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se a um recorte da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC no ano de 2021. Para a realização da dissertação selecionamos três fontes para pensar e refletir sobre o conhecimento histórico difundido no período da Ditadura Militar brasileira (1964 - 1985): as leis e diretrizes educacionais promulgadas no período; o conhecimento histórico produzido pelos/as historiadores/as e os livros didáticos de História do Brasil que circularam nas escolas brasileiras durante o governo ditatorial. Para o presente artigo selecionamos a última fonte, os livros didáticos, como foco do trabalho.

Considerando o contexto atual, no qual vemos manifestações racistas e apoio explícito à volta da Ditadura Militar por diversos segmentos sociais da sociedade brasileira, consideramos relevante revisitar e observar o conhecimento histórico difundido pelo ensino de História durante a ditadura de 1964 nos livros didáticos de História do Brasil. O recorte de análise “Descobrimiento do Brasil” foi selecionado principalmente por sua presença constante no ensino de História, representados aqui no formato dos livros didáticos.

Na atual pesquisa, temos como objetivo geral estudar e pesquisar o conhecimento histórico difundido por meio do ensino de História durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Delimitamos este período histórico como nosso foco temporal de análise documental e bibliográfica pelos motivos acima destacados. Refletindo sobre essas circunstâncias, entendemos como necessária a discussão

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

sobre os impactos da Ditadura Militar e suas implicações na educação e em especial no ensino de História.

O recorte de análise “Descobrimento do Brasil” foi selecionado principalmente por sua presença constante no ensino de História, bem como nos materiais didáticos produzidos para a disciplina de História e também na historiografia brasileira. No decorrer dos anos o tema “descobrimento”, no ensino de História, é uma das temáticas que permanece no currículo até a contemporaneidade. A nossa instigação de analisar esse período da história brasileira segue a lógica de entender a sua narrativa e realizar a análise a partir dos estudos decoloniais.

Nosso campo de observação foi o conhecimento histórico no ensino de História prescrito no ambiente escolar no período da Ditadura Militar de 1964-1985. Selecionamos os livros didáticos de História do Brasil, de modo a identificar e visualizar o conhecimento histórico concebido, preconizado e difundido para as escolas do primeiro e segundo grau.

No espaço escolar, os livros didáticos orientam as práticas pedagógicas e “prescrevem” o que deve ser ensinado pelos/as professores/as e o que deve ser aprendido pelos/as alunos/as. Entende-se que a cultura escolar se apropria dos conhecimentos científicos produzidos nas universidades e elaboram sua própria interpretação do currículo, mas exercem sua autonomia criativa a partir das interações com o seu meio sociocultural e das interações com o currículo estabelecido. Analisamos os livros didáticos entendendo as subjetividades de sua utilização no cotidiano escolar.

Os materiais didáticos pesquisados estão presentes no acervo da Biblioteca Professor Eurico Back na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Os livros pesquisados são aqueles com a temática de História do Brasil, principalmente o período do “Descobrimento do Brasil”, sendo eles: *História do Brasil: para o ensino de 2º grau e vestibulares*, de Armando Souto Maior do ano de 1977 e *História do Brasil: da colônia à República* de Elza Nadai e Joana Neves de 1985

Assim, analisamos e problematizamos os livros didáticos de História do Brasil, sua narrativa textual, que circularam nas escolas brasileiras no período da Ditadura Militar, com o recorte temporal sobre o “Descobrimento do Brasil”.

ESTUDOS DECOLONIAIS E EPISTEMOLOGIAS “OUTRAS”

No decorrer da pesquisa utilizamos ferramentas teóricas do pensamento decolonial para observar e compreender o ensino de História, difundido pelos livros didáticos, no Brasil no período da Ditadura Militar de 1964-1985. A perspectiva teórica desta pesquisa encontra-se no campo da decolonialidade, no qual Aníbal Quijano (2009), Walter Dignolo (2017), Henrique Dussel (2005) e Catherine Walsh (2007) são alguns/ algumas dos/as pesquisadores/as centrais. Esta perspectiva teórica se fundamenta em dois conceitos básicos: modernidade e colonialidade.

A modernidade é um projeto civilizatório de origem europeia que se edifica a partir da invasão e conquista do “Novo Mundo” e se apresenta com duas faces: uma em que se explicita e se ilumina o arquétipo do “homem moderno” para ser admirada e glorificada, e uma face obscura, que fica nas sombras ou no lado oposto da estética humanista da arquitetura renascentista, que é o ser colonizado/escravizado e situado na condição de “sub-humano”, ou seja, o/a indígena, o/a africano/a e os/as mestiços/as.

A modernidade é o canto da sereia do “sistema-mundo” euro-Ocidental, encanta tudo e todos. A colonialidade, por sua vez, é o sacrifício exigido pela sereia àqueles que se deixam seduzir pelo seu canto, exceto Ulisses, que foi astuto o suficiente para não sucumbir aos seus cantos e encantos. Segundo Paim:

O pensamento e as ações colonizadoras colocaram-se em pauta a partir de 1492, quando europeus invadiram o continente americano e montaram as empresas coloniais calcadas na exploração das gentes e dos recursos. Apoderando-se, encarceraram tanto os corpos quanto as mentes, as terras e a natureza nas dimensões animal, vegetal e principalmente mineral. Tudo foi organizado para a total submissão e exploração. As empresas colonizadoras mantiveram-se durante mais de quatro séculos nesse sistema exploratório; muitos domínios perduraram mesmo após a independência político-administrativa das antigas colônias. (2016, p. 143)

Como explanado pelo autor, a colonização europeia da América, da África e da Ásia teve um encerramento histórico e jurídico formal, mas a colonialidade se fez e se faz presente durante e depois das lutas de independência, e ficou ainda mais fortalecida com o processo de globalização econômica do mundo depois da Segunda

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Guerra Mundial (1939 - 1945). A colonialidade se manifesta no mundo contemporâneo por meio de quatro dispositivos principais: a colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza (Quijano, 2009).

O conceito colonialidade “[...] foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990 [...]” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Para o autor, “a colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Podemos perceber a colonialidade como uma consequência da imposição da modernidade no continente americano. Diferentemente do colonialismo, que é um período histórico datado com começo e fim, a colonialidade extrapola o período colonial e ainda é operativa na atualidade.

Segundo Gomes (2018), os países latino-americanos ainda vivem em uma relação de continuidade das relações colonialistas de poder, que foi interpretado por Quijano como colonialidade do poder. Este mecanismo ainda está presente “na relação entre os países, entre países e sujeitos e entre os sujeitos, colonialidade que é ‘de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas’” (LUGONES, 2014, p. 940, apud GOMES, 2018, p. 69).

A colonialidade presenciada até os dias atuais pelos países que tiveram como sistema o colonialismo é percebido em diferentes facetas no nosso meio social, educacional e intelectual, entre outros.

METODOLOGIA

Este estudo encontra-se no campo da pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. Os livros didáticos analisados são aqueles que estão localizados na Biblioteca Professor Eurico Back, localizada na UNESC. Levamos em consideração para os critérios de seleção dos livros o marco temporal da Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979). Dessa forma, torna-se importante uma breve explicação sobre esta.

A Lei de Anistia foi promulgada durante o governo do Presidente João Batista Figueiredo, e teve como propósito conceder a anistia e outras providências

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

tanto para os civis quanto para os militares. Esta constatação estava presente no primeiro artigo da lei 6.683/79:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares [\(vetado\)](#).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (BRASIL. Lei 6.683/79).

Segundo Pessoa (2017), a Lei de Anistia propiciou que presos políticos e pessoas banidas e exiladas pudessem voltar ao Brasil, sendo uma importante conquista para aqueles/as contra a ditadura. Mas, a lei 6683/79 também serviu como um instrumento do governo para anistiar militares e civis que participaram de crimes hediondos contra a população brasileira. Mesmo a lei tendo esse caráter dúbio de intencionalidades, foi o primeiro marco de liberdade de expressão e início da democratização brasileira.

Este marco do início da redemocratização brasileira também impactou o mercado editorial. De acordo com Reimão (1996), os títulos dos livros não ficção mais vendidos depois de 1978, um ano anterior à Lei de Anistia, tinham como preocupação a contemporaneidade e os problemas sociais e políticos que estavam ocorrendo. A autora lista os 10 livros mais vendidos no ano:

1. *As Veias Abertas da América Latina*, E. Galeano
2. *A Ditadura dos Cartéis*, Kurt Mirow
3. *O Governo de João Goulart*, Moniz Bandeira
4. *Depoimento*, Carlos Lacerda
5. *Cuba de Fidel*, J. L. Branda
6. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, J. W. Foster Dulles
7. *O Relatório Hite*, Shere Hite
8. *Lições de Liberdade*, Sobral Pinto
9. *Os Militares no Poder II*, Carlos Castello Branco
10. *Bagaço de Beira Estrada*, Mário Lago (REIMÃO, 1996, p. 69).

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Como podemos perceber, os livros que tinham como temática a preocupação com a situação política e social brasileira, quanto exterior, e uma perspectiva crítica da realidade foram os mais vendidos naquele ano. Em 1979, ano da criação da Lei de Anistia, o livro mais vendido no país, segundo Reimão (1996), foi *O que é Isso Companheiro?*, o *best-seller* do ex-exilado Fernando Gabeira, que escreve suas memórias como ex-militante político.

Desde 1978 e 1979 percebe-se que o pensamento histórico-crítico e de denúncia do estado político e social brasileiro e americano foi uma das preocupações dos/as brasileiros/as, tanto por parte dos/as escritores/as quanto pela população brasileira, que se interessou e adquiriu livros com esse tipo de temática.

O segundo critério de seleção dos livros didáticos segue de acordo com a fala de Ossenbach (2007, apud MOREIRA, 2008) em uma palestra proferida pela pesquisadora em 06 de novembro de 2007, no Simpósio Internacional de Livro Didático, na FEUSP. Segundo ela podemos levantar quatro critérios para perceber a difusão dos livros didáticos:

1. A vida editorial da obra (espaço entre a primeira e a última edição);
2. Número de edições (com cuidado, pois esse índice geralmente é um dado comercial);
3. Número de edições conservadas em biblioteca; e
4. a presença desses manuais didáticos em sebos (OSSENBACH, 2007, apud MOREIRA, 2008, p. 112).

Com isso posto, demarcamos a Lei de Anistia (Lei 6683/79) e os critérios acima levantados por Ossenbach (2007) para a escolha dos livros didáticos de História do Brasil analisados. Sendo assim, para o fichamento e análise dos livros escolhemos: 1 (um) livro anterior ao decreto da Lei 6683/79, ou seja, livros didáticos produzidos antes do ano de 1979 que carregaram uma perspectiva positivista da História e 1 (um) livro posterior à Lei 6683/79, ou seja, livros produzidos posteriormente ao ano de 1979 que tiveram como característica um olhar histórico-crítico para a escrita.

NARRATIVAS TEXTUAIS DO “DESCOBRIMENTO DO BRASIL” NOS LIVROS DIDÁTICOS

Como descrito anteriormente, para nossa pesquisa selecionamos dois livros didáticos para análise do recorte temporal do “Descobrimento do Brasil” que circularam nas escolas brasileiras durante o período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Seguindo uma ordem cronológica para a análise, iniciamos a discussão com o livro da perspectiva positivista/conservadora, anterior à Lei da Anistia: *História do Brasil: para o ensino de 2º grau e vestibulares*, de Armando Souto Maior, do ano de 1977, da editora Companhia Editora Nacional.

A. Souto Maior possuía formação em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1948) e graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1947). Era professor universitário, pesquisador e empresário. Segundo Santana (2009), Souto Maior foi

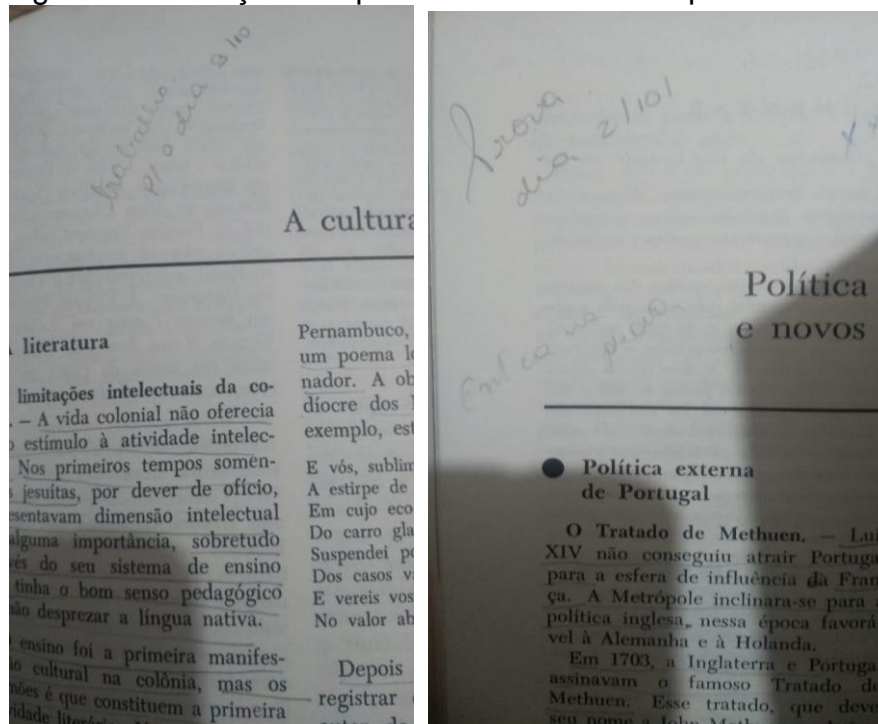
Fundador do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (1974), foi pró-reitor e orientou mais de 20 dissertações de mestrado e teses de doutorado, na graduação e pós-graduação do curso de História. Lecionou diversas disciplinas, entre elas história antiga e teoria da história. Escreveu ao longo de seus anos obras como: *História Antiga* (1959), *História Antiga para o 1º ano* (1960), *História Contemporânea para o 3º Colegial* (1961), *História Medieval e Moderna para o 2º Colegial* (1962), *História do Brasil* (1979), *O Diabo no Divã e Outros Contos* (1991), *O Gato Paralelo* (1989), como também acontecimento regional com repercussão nacional – *Quebra – Quilos: Lutas Sociais no Outono do Império* (1978). (2009, p. 56-57)

Com relação aos seus dados de circulação, segundo Ossenbach (2007 apud MOREIRA, 2008), o livro analisado refere-se à 15ª edição do ano de 1977, a primeira edição do livro é datada de 1965 e a última do ano de 1979, tendo assim 14 anos de circulação no território nacional. Exemplares da obra foram encontrados nos acervos da Biblioteca Professor Eurico Back da UNESC, Biblioteca FEUSP - Biblioteca do Livro Didático, Laboratório de Ensino e Material Didático-USP e na Biblioteca Professora Alaíde Lisboa-UFMG. Além de fazer parte dos acervos de algumas bibliotecas, a obra também foi encontrada em sebos de: Diadema/SP,

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Brasília/DF, Porto União/SC, Londrina/PR, São José dos Campos/SP, Curitiba/PR,
Santa Maria/RS, Rio de Janeiro/RJ e Fortaleza/CE.³

Ainda sobre a difusão e uso do livro didático, encontramos escrito nas páginas do livro anotações feitas a lápis de possíveis alunos/as ou professores/as (figura 1):

Figura 1 - Anotações de possíveis alunas/os ou professoras/es



Fonte: SOUTO MAIOR (1977, p. 146 e 169)

As anotações feitas indicam lembretes de trabalhos e provas que foram realizados baseados nos capítulos do livro. Nas páginas podemos perceber também partes dos textos sublinhadas a lápis. Estas anotações e intervenções no livro podem nos indicar o uso da obra nas escolas no período da Ditadura Militar no território catarinense.

Segundo Munakata (2012), a materialidade do livro também é um aspecto a ser analisado na realização de pesquisas com livros didáticos. O livro contém 366 páginas. Nesta edição do livro a capa foi confeccionada com capa mole. Na

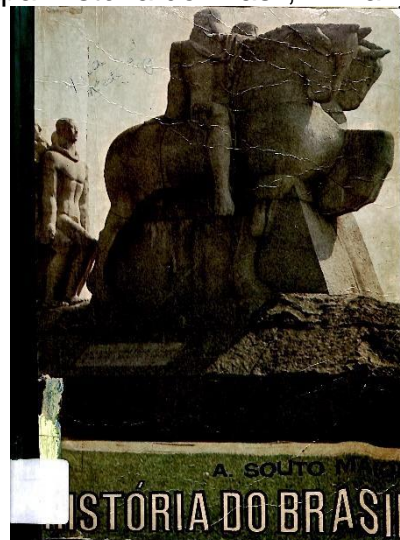
³ Levantamento realizado no site *Estante Virtual* em: 7 de mar. de 2021.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

contracapa da obra contém, escrito a caneta, a doação do livro pelo Shopping Della Giustina de Criciúma/SC em julho de 1988 para a Biblioteca Professor Eurico Back.

Ainda sobre a materialidade do livro, a obra contém 21 capítulos, sendo eles: *Portugal antes dos descobrimentos; O Descobrimento; O ciclo do pau-brasil; Os primórdios da colonização; O ciclo do açúcar; A conquista do Centro. O Ouro; O Brasil sob o domínio espanhol; Expansão religiosa; Política externa de Portugal e novos ataques estrangeiros ao Brasil-Colônia; O sentimento nativista; A cultura colonial; Duas tentativas de emancipação política; A família real no Brasil; A Independência; O período regencial; O segundo Reinado; A abolição; A cultura brasileira no século XIX; A república; A República (1891 – 1930); A República Contemporânea.* As imagens e fotografias utilizadas na obra foram impressas em preto e branco. O livro não propõe atividades ou leituras complementares ao tema. Segue abaixo a foto da imagem da capa do livro (figura 2):

Figura 2 - Capa História do Brasil, Armando Souto Maior (1977)



Fonte: SOUTO MAIOR (1977)

A imagem apresentada na capa do livro foi impressa em tons de cinza, com exceção da parte inferior, que possui a coloração verde junto com o título da obra e o nome do autor.

O capítulo analisado da obra *História do Brasil: para o ensino de 2º grau e vestibulares* referem-se ao capítulo II do livro, intitulada: *O Descobrimento do Brasil,*

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
em que estão presentes dois subtópicos: *O Descobrimento do Brasil e Etnia brasileira: o índio*. O capítulo é composto por 20 páginas no total.

Acreditamos ser importante antes de iniciar a discussão sobre o capítulo II do livro referente ao “Descobrimento do Brasil” voltar e mencionar o capítulo I da obra, intitulada *Portugal antes dos descobrimentos*. Esse tópico subdivide-se em três subtópicos: *Origens de Portugal, A revolução econômica dos séculos XV e XVI e A expansão marítima*. Não nos aprofundaremos na discussão desse capítulo, pois não é o foco desta pesquisa, mas entendemos como essencial mencionar a ordem “cronológica” criada pelo autor para a escrita da História brasileira em seu livro.

O livro iniciou a sua narrativa da História do Brasil a partir de Portugal. Souto Maior preocupou-se em trazer para os/as leitores/as as origens e o contexto do país europeu antes de iniciar a sua escrita sobre o Brasil e seu “descobrimento”. Pela narrativa do autor, antes de Portugal o Brasil era inabitado ou inexistente. Devido a essa forma de pensamento, apresentada na obra, tornou-se necessário trazer para os/as alunos/as entenderem, primeiramente, a história do país europeu, como uma forma de “ordem cronológica” dos fatos: primeiramente apresentou-se a Europa na figura de Portugal, como precursora da história brasileira, para posteriormente iniciar a escrita sobre o Brasil.

Com relação ao capítulo II, referente às discussões sobre o “Descobrimento do Brasil”, Souto Maior dedicou boa parte da escrita do subtópico e a iniciação dessa discussão para demonstrar o pioneirismo da Espanha na “descoberta” do Brasil e a possível “descoberta” de outros países antes de Espanha ou Portugal. O subtópico *Descobrimento do Brasil* é composto por oito páginas em seu total, sendo três delas dedicadas para a discussão do “pioneirismo” espanhol com relação a Portugal. Nas palavras do autor: “Não existem, porém, dúvidas importantes a respeito da viagem de Vicente Yáñez Pinzón que, inegavelmente, deu aos espanhóis a prioridade do Descobrimento do Brasil” (SOUTO MAIOR, 1977, p. 21).

Após essas primeiras indagações, o autor inicia a discussão sobre “O Descobrimento do Brasil pelos portugueses” (SOUTO MAIOR, 1977, p. 24). A escrita inicia com uma breve contextualização do porquê Portugal iniciou as expedições marinhas com Cabral. Em suas palavras:

Os portugueses desejavam naturalmente conhecer a parte do oceano que lhes cabia por determinação do tratado de Tordesilhas. É possível, pois, que a missão de Cabral fosse dupla: explorar mares já portugueses e dirigir-se à Índia para estabelecer novos contatos comerciais no fabuloso país das especiarias, fortificando, ao mesmo tempo, o domínio português em Calicut. É inegável que cumpriu muito bem ambas as missões (SOUTO MAIOR, 1977, p. 24).

O autor promove para o/a leitor/a o inegável pertencimento por parte de Portugal dos “oceanos” demarcados pelo Tratado de Tordesilhas, bem como a demonstração das terras que já estavam sob o domínio português. Podemos perceber, com a escrita, uma tentativa de Souto Maior de atestar o poderio político de Portugal.

Em seguida, o texto continua com a descrição da viagem de Cabral e sua chegada e “Descobrimento do Brasil”: “No dia 22 de abril foi avistado um monte alto e arredondado que recebeu o nome de monte Pascoal por ser a semana de Páscoa. Estava descoberto o Brasil ou comprovada sua existência pelos portugueses” (SOUTO MAIOR, 1977, p. 24-25). A partir da constatação de um possível conhecimento prévio por parte de Portugal que o autor finaliza a discussão.

O descobrimento do Brasil não foi obra do acaso embora não se possa dizer seguramente que os portugueses tivessem certeza da existência da terra que já lhes pertencia pelo Tratado de Tordesilhas. Exigindo mais 200 léguas no seu acordo com os espanhóis, D. João II quis apenas aumentar suas probabilidades. Enviando a armada de Cabral, D. Manuel verificou quão acertada fora a exigência do seu antecessor (SOUTO MAIOR, 1977, p. 26).

O “Descobrimento do Brasil” por parte dos portugueses, segundo Souto Maior, foi um processo que, possivelmente, carregou intencionalidades prévias. Mas ao observarmos a escrita do texto podemos perceber que a preocupação maior do autor não foi necessariamente a constatação desse conhecimento prévio por parte de Portugal, mas sim atestar que as terras, que eventualmente foram descobertas, pertenciam a Portugal de maneira inquestionável a partir do Tratado de Tordesilhas.

A perspectiva de Souto Maior para o período histórico do “Descobrimento do Brasil” seguiu uma “ordem cronológica” de eventos estritamente relacionada ao continente europeu, protagonizados por Espanha e Portugal. A história brasileira e a

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

escrita do livro, pela narrativa do autor, começaram em seu primeiro capítulo com as origens e contexto do país europeu. Brasil e Europa estão intimamente conectadas na narrativa criada pelo autor. O processo do “descobrimento” não é questionado em sua base, mas sim descrito de uma forma “natural” de eventos que tiveram como gênese a vinda do colonizador ibérico. O questionamento levantado pelo autor centrou-se no pioneirismo do “descobrimento” pela Espanha ou Portugal.

Mesmo trazendo para a discussão e afirmando que a Espanha foi o país “descobridor” do Brasil e não Portugal, a posse das terras brasileiras, pelos portugueses, não foi questionada, pelo contrário, é reafirmada em diferentes momentos. O Tratado de Tordesilhas foi utilizado como o atestado que comprovava, inquestionavelmente, a posse do Brasil por Portugal.

Dussel (2005) discorre que, a partir do processo de invasão das Américas, criou-se uma “História Universal” na qual a Europa tornou-se a gênese da história mundial. Esse processo foi assimilado pelos conhecimentos acadêmicos produzidos nas Américas e repassado no ensino escolar, como pode-se perceber a partir da narrativa de Souto Maior em seu livro.

No âmbito da História do Brasil, o livro didático, portanto, foi e continua sendo um importante meio de difusão de “conhecimento histórico” de natureza eurocêntrica, sendo que no caso do livro de Souto Maior difunde-se uma narrativa que enaltece o “empreendimento civilizatório” ibérico. Nesse manual didático, a História do Brasil começa com a chegada dos colonizadores ibéricos (Espanha e Portugal) e apresenta-se uma paisagem histórica ordenada por uma ordem evolucionista. Foram Espanha e Portugal que “descobriram” o Brasil.

O segundo livro didático analisado situado na perspectiva histórico-crítica, pós-Lei da Anistia é: *História do Brasil: da colônia à República*. O livro foi escrito por Elza Nadai e Joana Neves e é datado do ano de 1985, pela editora Saraiva. Elza Nadai foi professora de Prática de Ensino de História da USP, onde também defendeu mestrado e doutorado em História Social. A autora, na década de 1960, participou de movimentos estudantis como JUC – Juventude Universitária Católica.

Nadai foi uma das referências para a pesquisa sobre o ensino de História. A autora foi uma das pioneiras na elaboração de “[...] uma concepção de ensino de

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

História que partia da problematização da realidade do aluno, características do ensino por eixos-temáticos, vinculada à defesa dos ideais democráticos e de justiça social, [...]” (ROIZ; BENFICA, 2020, p. 337). Elza Nadai foi uma importante professora e pesquisadora do campo do ensino de História brasileiro, nas décadas de 1980 e 1990. Seus textos, bem como sua trajetória acadêmica, tornaram-se referência na construção do campo do ensino de História.

Joana Neves possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História (1965) e mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1981). A professora e pesquisadora Joana Neves, assim como Elza Nadai, autora de diversas parcerias acadêmicas, foram pesquisadoras de influência nas décadas de 1980 e 1990, bem como escritoras de livros didáticos, dentre eles *História da América* (1979).

Referindo-nos às normas de Ossenbach (2007, apud MOREIRA, 2008) para análise da difusão dos livros didáticos, a obra *História do Brasil: da colônia à República* analisada na pesquisa refere-se à sétima edição, publicada em 1985. A primeira edição da obra data do ano de 1980 e a última de 1997, marcando a 19ª edição. O livro, dessa forma, circulou por 17 anos em território nacional.

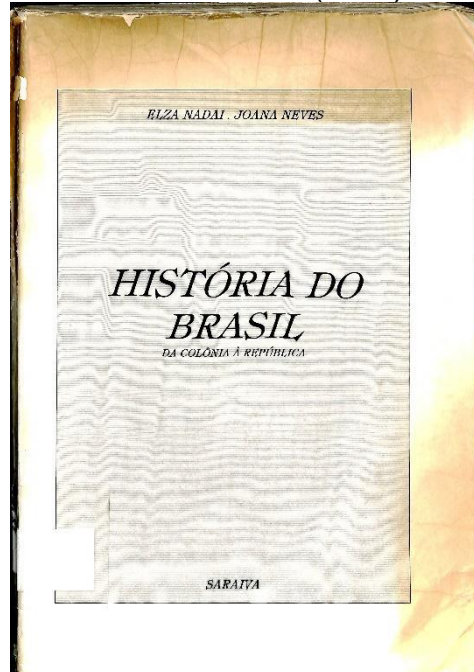
Exemplares da obra foram encontrados nas bibliotecas Professor Eurico Back – UNESC, Biblioteca FEUSP - Biblioteca do Livro Didático e Biblioteca Professora Alaíde Lisboa-UFMG. A obra, além de fazer parte do acervo de bibliotecas, foi encontrada nos sebos de: São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Lajedo/PE, São Bernardo do Campo/SP, Tubarão/SC, Santa Maria/RS, Curitiba/PR, Brasília/DF⁴.

Sobre a materialidade que compõe o livro, possui 271 páginas. Nesta edição a capa foi confeccionada em um fundo branco contendo somente o nome das autoras, o título do livro e a editora em letras pretas. Em outras edições do livro, as capas continham desenhos ou ilustrações. Dentro de uma das páginas encontra-se escrito a caneta que a obra foi doada em outubro de 1986, e o restante das informações não foi possível decifrar. Abaixo segue a capa do livro (figura 3):

⁴ Levantamento realizado no site *Estante Virtual* no dia 8 de mar. de 2021.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Figura 3 - Capa do livro História do Brasil: da colônia à República, de Elza Nadai e Joana Neves (1985)



Fonte: NADAI e NEVES (1985).

O livro contém 14 capítulos, sendo eles: *Os primeiros donos da terra e o encontro de “duas humanidades”*; *O Brasil no contexto do Antigo Regime. O período pré-colonizador (1500-1530)*; *Mercantilismo e colonização. A agromanufatura do açúcar*; *O império português em crise e a expansão da conquista*; *A idade do ouro no Brasil*; *Apogeu e crise do sistema colonial*; *O processo de independência*; *A organização de um império liberal no Brasil (1822-1847)*; *O Segundo Reinado: estabilidade e mudanças*; *O Advento e a consolidação da república oligárquica*; *A Primeira República: apogeu e crise*; *A Segunda República e o Estado Novo: a era de Vargas*; *A experiência democrática (1946-1964)* e *O Brasil pós-64*. Ao final de cada capítulo as autoras propõem uma leitura complementar e propostas de estudos.

A narrativa criada pelas autoras difere-se com de Souto Maior (1977) em diversos pontos, porém, podemos perceber semelhanças. Como por exemplo ao descrever sobre o primeiro contato, dos povos originários com os portugueses, que o processo do “Descobrimento do Brasil” não é questionado, mas sim reforçado pela “certidão de nascimento” que o país possui representada pela carta de Pero Vaz de

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Caminha: “O Brasil teve o privilégio de possuir uma certidão de nascimento, representada pela carta de Pero Vaz de Caminha, (...)” (NADAI; NEVES, 1985, p.14).

Podemos constatar essa perspectiva das autoras no segundo capítulo do livro, intitulado: *O Brasil no contexto do Antigo Regime. O período pré-colonizador (1500-1530)*. O capítulo possui cinco subtópicos: *A economia de mercado e a crise do sistema feudal; O Antigo Regime: características fundamentais; O pioneirismo ibérico na expansão comercial; A concorrência europeia e o período pré-colonizador (1500-1530); O dilema: ocupar ou perder as terras brasileiras?* (NADAI; NEVES, 1985). Mesmo reconhecendo a perspectiva teórica mais qualitativa e consistente deste livro didático, percebe-se que a estrutura temática dos capítulos está sedimentada na matriz histórica do eurocentrismo.

Assim como Souto Maior (1977), as autoras focam em também contextualizar o continente europeu para iniciar a história brasileira a partir da colonização. Os dois livros diferem-se na organização e narrativa criada para os povos originários, porém, a perspectiva de partir de Portugal e Espanha para depois iniciar a História brasileira manteve-se semelhante. Entende-se que o autor e as autoras compreendem a História do Brasil a partir de sua colonização portuguesa. A legitimação do processo do “descobrimento” não é questionada e a posse das terras é atestada pelos portugueses.

Entendemos como não sendo questionada porque as autoras, em seu segundo capítulo, reservam somente uma página para descrever o “Descobrimento do Brasil”, sendo o restante focado em uma contextualização social, econômica e política da Europa que culminou com as expedições marítimas espanholas e portuguesas.

Nessa única página sobre o processo do “Descobrimento do Brasil”, intitulada: *A descoberta do Brasil e o seu significado para Portugal*, as autoras afirmam novamente a veracidade do “descobrimento”: “Assim, em meio a uma viagem às Índias, o Brasil foi descoberto, a 22 de abril de 1500” (NADAI; NEVES, 1985, p. 27). A narrativa criada pelas autoras focou na discussão de o Brasil, nesse primeiro momento, não ter sido rentável para Portugal, que pretendia encontrar pedras preciosas como o ouro, sendo assim um empecilho:

Assim, a Terra de Santa Cruz, vista pela ótica dos interesses mercantilistas portugueses, ao findar o século XV, apareceu mais como um **obstáculo** do que propriamente como uma conquista vantajosa para o Reino e para os setores mercantis a ele vinculados (NADAI; NEVES, 1985, p. 27, grifo do autor).

As propostas de atividades sugeridas pela autora no capítulo focam principalmente em perguntas voltadas para o país português, pois é o tema mais trabalhado, com exceção de três perguntas:

8. Por que, no início, o Brasil se apresentou para Portugal muito mais como um obstáculo a ser superado do que como uma lucrativa empresa? 9. Identifique as características econômicas do Brasil nos primeiros trinta anos (período pré-colonizador) e explique as razões do relacionamento amistoso entre europeus e indígenas. 10. Que razões levaram Portugal a iniciar o processo de ocupação das terras brasileiras? (NADAI; NEVES, 1985, p. 33)

As três perguntas giram em torno do Brasil e o processo do “descobrimento”, porém, o foco central dos questionamentos é a relação do Brasil, em seus primeiros anos do “descobrimento”, e de Portugal, em especial nos aspectos econômicos do processo para o país europeu. Mas, para além disso, estas perguntas incutem nos estudantes a ideia de que já existia um Brasil no início do século XVI.

As questões criadas pelas autoras ajudam a construir e naturalizar o imaginário do “Descobrimento do Brasil”, ao mesmo tempo que “encobre” a ampla realidade e diversidade do Mundo de Pindorama. Ou seja, mesmo tecendo críticas à colonização portuguesa, a narrativa histórico-crítica também contribui para inventar/construir/fabricar o imaginário do “Descobrimento do Brasil”, dando continuidade à colonialidade do saber eurocêntrico.

Os dois livros analisados representam perspectivas históricas diferentes e predominantes no Ocidente. Uma visão positivista dos “feitos civilizatórios” da colonização europeia e uma visão crítica da colonização, mas que ainda não percebeu (não percebe) a vinculação intrínseca com a sua face mais sedutora: a modernidade.

Ambos os livros difundem e ensinam conhecimentos históricos distintos sobre o “Descobrimento do Brasil”. Distintos do ponto de vista ético e teórico. Entretanto, ambos foram capturados pelo horizonte de expectativa do projeto da

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

modernidade eurocêntrica. O Mundo de Pindorama continua encoberto e os caminhos da História Ensinada ainda continuam voltados para o farol civilizatório que projeta luz em direção ao outro lado do Atlântico.

O livro de Nadai e Neves, mesmo ensinando um conhecimento histórico crítico, ainda estava sob o domínio da modernidade/colonialidade do saber, assim como a obra de Souto Maior (1977). Como aponta Walsh (2007), a colonialidade do saber difunde os saberes do eurocentrismo na forma de um conhecimento universal. O domínio da colonialidade/modernidade produz uma narrativa eurocêntrica da história, que, internalizada como conhecimento evolutivamente superior, produz conhecimentos históricos antagônicos em relação ao conceito e sentido da colonização do Brasil/América, mas convergentes no horizonte de expectativa do projeto da modernidade.

Enquanto a histórico-crítica proposta pelo livro de Nadai e Neves (1985) projeta luz sobre a violência que emana do poder da colonização, a visão positivista/conservadora de Souto Maior (1977) enaltece a suposta contribuição civilizatória do processo colonizador. O problema, portanto, está no caminho do meio, pois no horizonte maior ambos buscaram alcançar a modernidade.

CONCLUSÃO

Neste artigo, buscamos apresentar um recorte da dissertação realizada no PPGE da UNESC que analisou o conhecimento histórico produzido no período da Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985). O recorte selecionado diz respeito a análise de dois livros didáticos de História do Brasil: *História do Brasil: para o ensino de 2º grau e vestibulares*, de Armando Souto Maior (1977) e *História do Brasil: da colônia à República* de Elza Nadai e Joana Neves (1985), no tema do “Descobrimento do Brasil”.

Entendemos que a colonialidade/modernidade, estava presente nos livros didáticos de História do Brasil produzidos durante a Ditadura Militar (1964-1985). Os dois livros selecionados e analisados, que observamos como representativos do

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

período, propuseram perspectivas de análise díspares: um a partir do pensamento positivista/conservador e outro na perspectiva histórico-crítica.

Mas o paradigma da modernidade/colonialidade manteve-se como parâmetro para o conhecimento proposto pelos livros. A criticidade, da perspectiva histórico-cultural do livro não abarcava a contestação do domínio e invasão de Portugal e Espanha no Brasil. A narrativa textual proposta pelas duas obras preservou o padrão da colonialidade/modernidade por meio de uma visão histórica eurocentrista do mundo. Este conhecimento difundido pelos livros didáticos que foram utilizados no ambiente escolar na disciplina de História por professores/as durante o período ditatorial.

Por fim, o enaltecimento de Portugal e Espanha pela “epopeia do descobrimento” foram indicativos que expõem a continuidade da colonialidade/modernidade na construção do conhecimento do ensino de História brasileiro durante o período da Ditadura Militar brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.683, de 1979. Brasília/DF, 28 ago. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 24 abr. 2021.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 13 abr. 2018.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, jun. 2017.

MOREIRA, Kênia Hilda. Contribuições dos acervos virtuais para a história da educação: localização e seleção do corpus documental. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, n. 24, p. 107-116, jun. 2008

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.12, n. 3, set/dez. 2012.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

PAIM, Elison Antonio. Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino de história. In: MOLINA, Ana Heloisa *et al.* **Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História**. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 142-165.

PESSOA, Ana Danielly Leite Batista. **Da Lei de Anistia (1979) Ao Programa Nacional De Direitos Humanos – PNDH – 3 (2009): políticas da memória como contribuição à educação em direitos humanos**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHLA, João Pessoa - PB, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 73-117.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro, 1960-1990**. São Paulo: COM-ARTE FAPESP, 1996. 101 p.

ROIZ, Diogo da Silva; BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. ELZA NADAI: A FORMAÇÃO DA PAPISA DO ENSINO DE HISTÓRIA. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 1, p. 337-367, jan. 2020.

SANTANA, Anselmo Jeronimo de. **Historiadores da Fé: Agnosticismo e Religiosidade em Jean Delumeau e Souto Maior**. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2009.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras?: Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, Bogotá, n. 26, p.102-113, abr. 2007

FONTES

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil** Da colônia a república. 7 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1985.

SOUTO MAIOR, Marcel. **História do Brasil** para o ensino de 2º grau e vestibulares. 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Recebido julho 2021

Aprovado setembro 2022.